

Lobistas cercam deputados e senadores

BRASÍLIA — A decisão de não alterar os tetos orçamentários de cada setor alvoroçou os lobistas de todas as áreas, interessados em obter mais recursos para os pontos de seu interesse. A Federação Brasileira de Hospitais (FBH), uma entidade que congrega grande parte dos hospitais privados, instalou um escritório em Brasília para acompanhar todos os trabalhos do Executivo e da Comissão de Orçamento relacionados a recursos para prestação de serviços.

— Estamos em contato com todos os parlamentares, pedindo que aumentem as verbas para a prestação de serviços dos hospitais privados ao Inamps, para ver se o Governo pára de alegar falta de verbas. E o lugar certo para se tratar de recursos é o Congresso, que aprova o orçamento — afirmou o Presidente da FBH, Carlos Eduardo Ferreira.

A exemplo da FBH, todos os setores, seja do Governo, seja da iniciativa privada, começam a procurar os parlamentares com voto na comissão de orçamento para defender os seus interesses. O trabalho mais intenso é dos assessores parlamentares dos Ministros. Todos, sem exceção, foram orientados para tentar conseguir mais verbas ou, no mínimo, assegurar a manutenção dos recursos que o Governo concedeu.

Em todos os partidos, o **lobby** da comunidade científica é considerado um dos mais atuantes. No último mês, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), universidades e institutos de pesquisa mantiveram toda a semana pelo menos um

professor ou cientista de renome encarregado do **lobby** diário dos parlamentares.

Ao contrário da ciência e tecnologia, que conta com apoio do PT ao PFL, o **lobby** das novas estradas — que atinge principalmente os parlamentares do Norte e Nordeste — não deverá receber sequer um centavo. O Presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), já avisou a todos os membros da comissão que os recursos serão destinados à manutenção das atuais rodovias.

— Essas pressões que a comissão recebe todo o ano são importantes. Fazem parte do processo democrático, mas não há como atender a todos. Se fosse assim, o orçamento teria que ser, no mínimo, dez vezes maior. Temos Cr\$ 8 trilhões para distribuir entre todos os setores. A idéia é manter a proposta básica do Governo. No caso das estradas, a própria Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) já ditou as regras: não haverá investimentos, — afirmou.

Enquanto a maioria dos setores tenta aumentar o valor do seu orçamento, os técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) têm a tarefa de manter os recursos que o Governo destinou para o censo do próximo ano. O IBGE recebeu Cr\$ 26 bilhões, sendo Cr\$ 11 bilhões para a realização do censo. Esses recursos foram objeto de diversas emendas transferindo recursos para outros setores, principalmente, postos de saúde e escolas nas bases parlamentares.